

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.586 - PE (2019/0292647-6)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : ZIHUATANEJO DO BRASIL AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : THIAGO TORRES DE ASSUNÇÃO - PE023100
RODRIGO CAHU BELTRÃO - PE022913
TARCISIO DE SOUZA NETO E OUTRO(S) - PE035244
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 25A VARA CÍVEL DE RECIFE - PE
SUSCITADO : JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE
- PB
SUSCITADO : JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE BARREIROS - PE
INTERES. : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : NELSON PASCHOALOTTO - SP108911
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - SP192649
INTERES. : ANTONIO SEVERINO DE BRITO FILHO
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA - PB004007

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência suscitado por Zihuatanejo do Brasil Açúcar e Alcool S/A - em recuperação judicial, em face do Juízo de Direito da 25ª Vara Cível de Recife/PE, do Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande/PB e do Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Barreiros/PE.

Afirma ser integrante do denominado Grupo Cucaú, que, em 8.10.2013, ingressou com pedido de recuperação judicial em trâmite perante a 25ª Vara Cível de Recife, conforme noticiado aos Juízos Trabalhistas suscitados.

Acrescenta que o Grupo Cucaú teve seu pedido de recuperação judicial deferido no dia 17.10.2013, sendo o Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores, bem como homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial, estando em pleno curso a recuperação, sendo de se destacar que as recuperandas "já efetuaram o pagamento de 14 lotes de credores trabalhistas, os quais somados totalizam o valor de R\$ 48.889.481,96 (quarenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos)".

Aduz que, contudo, o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande/PB, perante o qual tramita a Reclamação Trabalhista de nº 0086200-84.2012.5.13.0007, promovida por Antônio Severino De Brito Filho, determinou o "prosseguimento do procedimento executivo trabalhista face à Suscitante, a

Superior Tribunal de Justiça

Recuperanda Zihuatanejo, não obstante ter a empresa apresentado exceção de pré-executividade, além de embargos à execução, nos quais informou que se encontra em franco processo de soerguimento e que os créditos reclamados e executados encontram-se listados na lista de credores e sujeitos aos efeitos do processo recuperacional", e enviou carta precatória ao Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Barreiros determinando a penhora de bens da empresa, que se efetivou com a expropriação de duzentos e cinquenta sacas de açúcar produzidas pela suscitante, "bens essenciais à manutenção das atividades empresariais do Grupo Cucú."

Pede, então, seja deferida liminar que determine a suspensão de atos que impliquem a constrição ou alienação de bens e/ou valores das suscitantes.

Assim postos os fatos, verifico que a questão discutida nos autos já foi, reiteradamente, decidida por esta Corte, que entendeu que, "com a edição da Lei 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o juízo universal para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais (...)" (CC 110941/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, DJe 1º/10/2010).

Tal entendimento tem como finalidade dar efetividade aos princípios norteadores do instituto da recuperação judicial, notadamente ao disposto no art. 47 da Lei nº 11.101/05, segundo o qual "a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

Desse modo, são, pois, incompatíveis com a recuperação judicial os atos de execução proferidos por outros órgãos judiciais de forma simultânea com o curso da recuperação ou da falência da empresa devedora.

Nesse sentido são, dentre outros, os seguintes acórdãos:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE
COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO

TRABALHO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.

2. O Juízo universal é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução, ainda que o crédito seja anterior ao deferimento da recuperação judicial, devendo, portanto, se submeter ao plano, sob pena de inviabilizar a recuperação. Precedentes do STJ.

3. Competência do Juízo de Direito da 1.^a Vara Cível de Santa Helena de Goiás/GO, para o prosseguimentos de execuções trabalhistas.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 148.536/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/03/2017, DJe 15/03/2017)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O tema não é novo nesta Corte, que já firmou entendimento no sentido de que, após o deferimento da recuperação judicial, é do Juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa.

2. Nesses casos, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 144.592/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 03/11/2016)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÕES TRABALHISTAS. ATRATIVIDADE. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

Superior Tribunal de Justiça

A manutenção de execuções trabalhistas individuais, aplicando-se isoladamente o disposto no art. 6º, §5º, da LF n. 11.101/05, afrontaria os princípios reitores da recuperação judicial.

Prevalência do princípio da preservação da empresa (art 47).
Competência do juízo universal.

.....
.....
(CC 111074/DF, rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Segunda Seção, DJe de 04/10/2010)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ATOS DE EXECUÇÃO. MONTANTE APURADO. SUJEIÇÃO AO JUÍZO RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/05. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1. Com a edição da Lei n. 11.101, de 2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.

2. Se, de um lado, há de se respeitar a exclusiva competência da Justiça laboral para solucionar questões atinentes à relação do trabalho (art. 114 da CF); por outro, não se pode perder de vista que, após a apuração do montante devido ao reclamante, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, ex vi dos princípios e normas legais que regem o plano de reorganização da empresa recuperanda.

3. **A Segunda Seção do STJ tem entendimento jurisprudencial firmado no sentido de que, no estágio de recuperação judicial, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo legal de 180 dias de que trata o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05.**

4. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 110287/SP, rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Seção, DJe de 29/03/2010)

Verifico que, de fato, no presente caso, a Recuperação Judicial foi

Superior Tribunal de Justiça

concedida e está em pleno curso (fls. 157/160) e que foi dado prosseguimento à execução referida nos autos, com a ordem de penhora proferida pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande/PB e cumprida pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Barreiros/PE (fls. 280/288).

Em face do exposto, defiro a liminar, determinando o sobrestamento da reclamação trabalhista referida nos autos, em curso no Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande/PB, designando, conforme disposto no art. 955 do Código de Processo Civil de 2015, o Juízo de Direito da 25ª Vara Cível de Recife/PE para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Os valores e/ou bens bloqueados/penhorados deverão ser colocados à disposição do Juízo da recuperação, que decidirá sobre a liberação deles.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão aos Juízos suscitados, a quem devem ser solicitadas informações (art. 954 do Código de Processo Civil).

Em seguida, após recebidas as respostas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora